

FALE COM A GENTE!
Texto e edição Gustavo T. de Miranda.
Coordenação: Arminda Augusto.
E-mail cidades@atribuna.com.br
Telefone 2102-7157

A Região em Pauta
É um projeto de A Tribuna que traz mensalmente temas relativos à Baixada Santista. O próximo discutirá a Educação, no dia 26 de novembro.

SEGURANÇA PÚBLICA

UMA REGIÃO EM **ALERTA** E SOLIDÁRIA



CAPA MONICA SOBRAL SOBRE FOTO ADOBE STOCK

WhatsApp une vizinhos a policiais

Em grupos de Vizinhança Solidária, a ideia é aproximar a população e fazer com que ela seja 'olheira' da Polícia contra bandidos

DA REDAÇÃO

Apresentada como uma nova política de Estado da Segurança Pública, começa a ganhar força na região a implantação de grupos em que cidadãos passam a conhecer seus vizinhos e auxiliar a Polícia no combate à criminalidade. Este é o projeto Vizinhança Solidária, em que a vizinhança se reúne em grupos de WhatsApp para ajudar a "vigiar" as ruas do próprio bairro.

Para se ter uma ideia do alcance da iniciativa, só em Santos já foram criados 30 grupos. De acordo com o major Gustavo Magnani, subcomandante da Polícia Militar (PM) na Baixada Santista, o projeto segue a lógica da Polícia Comunitária para se aproximar da sociedade e resolver problemas.

"A gente já tinha os Consegs (Conselhos de Segurança) desde 1985. O Vizinhança Solidária ajuda a diminuir as subnotificações, permite que pessoas que não podem estar fisicamente juntas participem da discussão da segurança pública", explica o subcomandante da PM da região.

O projeto não é exatamente novo. Um dos responsáveis pela implantação da ideia é o deputado estadual coronel Álvaro Batista Camilo (PSD), que foi comandante-geral da PM quando a proposta foi colocada em teste, ainda em 2009, antes de ele deixar a farda para entrar na vida política.

Atualmente cotado para assumir a Secretaria de Estado da Segurança Pública no Governo de João Doria (PSDB), coronel Camilo conta que a proposta surgiu da própria comunidade, quando era comandante-geral da PM. "Era a Rua Itacema, em São Paulo. Fui em uma reunião de sociedade de melhoramentos. Houve uma reclamação de muito furto. Todo dia tinha ocorrência. Eram prédios furtados. Pedi ao capitão da área que estudasse aquele problema", lembra Camilo.

O projeto levou em consideração experiências bem sucedidas fora do Brasil. "Na Inglaterra é uma iniciativa com quase 40 anos, nos Estados Unidos também. Começamos por Nextel, ligando as portarias dos prédios, e fazendo reuniões para os vizinhos se conhecerem. Virou um mini-Conseg".

POLÍTICA DE PROXIMIDADE

Os conselhos de segurança, por exemplo, fazem reunião mensal, aproximando a Polícia Militar e a Polícia Civil das principais reclamações da sociedade. Nele, atuam membros da comunidade, além dos policiais. A ação do Vizinhança Solidária, no entanto, acontece em uma escala muito maior.

"Quando começou, tinha apenas 20 pessoas. Depois cresceu. Formulamos um modelo,

EM ALERTA

30

é o número de grupos

de Vizinhança Solidária que estão em operação em Santos. O bairro pioneiro na ação é o Marapé, onde estão instalados 22 grupos.

No programa, a proposta é aproximar vizinhos, que funcionarão como fiscais, tanto da segurança pública quanto da zeladoria do bairro. Na prática, eles operam como pequenos conselhos de segurança, os Consegs, reunindo reclamações de moradores para reforçar a sensação de segurança.

buscamos teoria e um capitão continuou formatando. Quando saiu da Polícia, ele continuou a trabalhar e isso virou um programa. Quando era vereador, comecei a incentivar fortemente a implantação da ideia", lembra o coronel Camilo.

Depois, quando ele se elegeu deputado estadual, em 2014, criou uma Frente Parlamentar para discutir a desordem urbana no Estado. "A forma que a gente encontrou foi transformar isso em um programa oficial. Para tal, a gente aprovou a lei do Vizinhança Solidária, em junho deste ano. Já são quase 2 mil grupos em todo o Estado. Tem bases que coordenam até 40 grupos de vizinhos".

COMO SE DÁ A ATUAÇÃO

Para Camilo, a atuação do programa é muito importante, porque extrapola a segurança pública. "Agora, é muito fácil a pessoa ter um grupo de WhatsApp. Nele, tem a figura do tutor, que vai ser quem faz a interlocução com a PM. As pessoas começaram a fazer zeladoria e até ações sociais, como arrecadação de alimentos. As pessoas se conhecem, se unem e a sociedade tem um ganho", resume Camilo.

A comunidade que deseja implantar o programa deve, primeiro, reunir os vizinhos. Depois, criar um grupo de WhatsApp para facilitar a comunicação e procurar uma base da Polícia Militar próxima. "Tudo organizado, depois os moradores devem fixar a placa dizendo que ali tem Vizinhança Solidária. Isso amplia a sensação de segurança", explica o militar.

Para o coronel da reserva, o programa não reduz as obrigações do governo. "Todos nós somos responsáveis. Está na Constituição que a segurança é um dever do Estado, direito e responsabilidade de todos. Está ficando difícil o poder público sozinho resolver os problemas. O programa é um apoio".

SAIBA COMO FUNCIONA O PROGRAMA

O que é a Vizinhança Solidária?

Conjunto de ações para melhorar a segurança pública local, incentivando a vizinhança a adotar medidas capazes de prevenir delitos e colaborar com o policiamento

Como é a ação?

Ela se dá por meio da prevenção primária, que é o primeiro degrau no combate à criminalidade. O cidadão conhece e sente diariamente as causas e os efeitos do crime, cuja percepção se torna ferramenta indispensável para orientar as ações de polícia. Os vizinhos de uma rua, por exemplo, se reúnem para prestar atenção aos problemas da vizinhança e zelar pela segurança de todos.

Como participar?

O programa é de adesão voluntária. Você deve procurar a Companhia da PM mais próxima ou o Conselho Comunitário de Segurança (CONSEG) do seu bairro. Confira o endereço em: conseg.sp.gov.br

Como funciona na prática?

O programa é voluntário e pode ser implantado em ruas de um determinado bairro ou região, ou com identificação de um estabelecimento comercial que tenha obtido o Certificado de Análise de Risco de Vulnerabilidade. A vistoria na rua realizada pela Polícia Militar não tem qualquer custo para os proprietários, que arcarão apenas com os eventuais investimentos para melhorar a vulnerabilidade do próprio imóvel ou estabelecimento. A comunidade também poderá apoiar na confecção das placas de segurança do bairro, por meio de patrocínio não oneroso.

Por que participar?

Para reduzir a intolerância social que predomina nas grandes cidades, aproximando os vizinhos um dos outros e, por consequência, resgatar a sensação de segurança na sua região.

Quatro passos

1. Realize um encontro com os vizinhos para adesão ao programa. O coordenador do grupo ou o grupo deve enviar uma carta convite a todos, se apresentando, explicando o motivo do encontro, com hora e local, e deixando seus dados para contato.

2. Entregar a correspondência em todas as residências da rua. Dica: ao entregar, procure falar com as pessoas e fazer um convite pessoal. Isso aumenta muito a adesão.

3. Os vizinhos devem se apresentar e falar um pouco de si. É apresentado o conceito do Programa. São discutidos os pontos críticos para melhorar a segurança da vizinhança e são definidas algumas questões de operacionalização do grupo, tais como, qual será a frequência das reuniões, como se dará a comunicação entre o grupo, indicar voluntários para executar as ações.

4. Os vizinhos se conhecerem é parte fundamental do processo, pois somente sabendo um pouco da vida dos seus vizinhos será possível identificar situações suspeitas, ou seja, fora do usual, como um carro estranho estacionado ou circulando na vizinhança.

Confecção das placas

A placa da Vizinhança Solidária é custeada integralmente pela iniciativa privada ou pelos moradores, refletindo a parceria entre a polícia local e entidades comunitárias. Há um modelo pré-estabelecido pela PM



Fonte: Polícia Militar



Como a Polícia Militar age?

Promove reuniões de mobilização com a comunidade organizada, identifica e cria proximidade com as lideranças comunitárias

Também faz palestras sobre Prevenção Primária de Sensibilização

Visita o tutor seguindo as indicações do Cartão de Prioridade de Policiamento e monitora os indicadores criminais da região;

Escolhe os locais para afixação das placas com base nas ferramentas de inteligência policial e de gestão

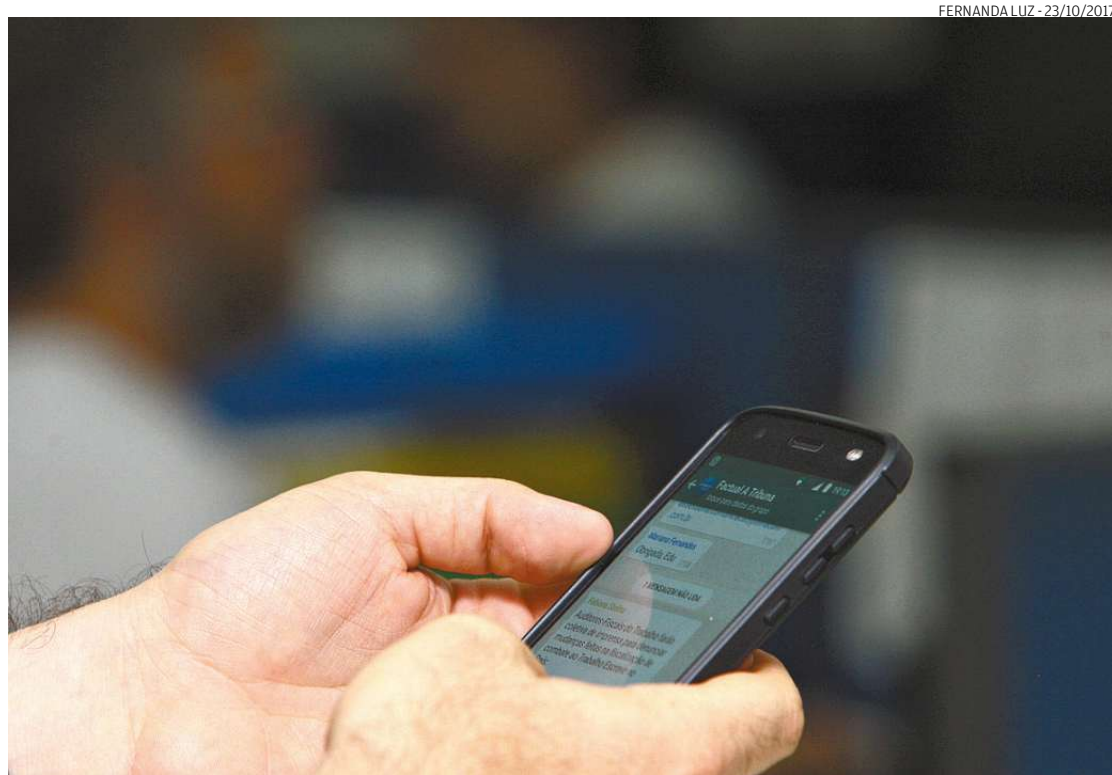
Periodicamente, PMs do programa Vizinhança Solidária e integrantes da comunidade farão contato estreitando relações permitindo que a instituição conheça os reais problemas de segurança pública para providências e soluções. A visita poderá ser realizada por meio de qualquer Programa de Policiamento instituído pela PM



Tutor

É o cidadão local, líder comunitário na vizinhança solidária, que será instruído pela PM acerca de prevenção primária entre outras ações. É recomendável que o tutor participe das reuniões do CONSEG. Ele é quem vai coordenar um grupo de Whatsapp onde os vizinhos devem compartilhar imagens que considerem suspeitas, como pessoas estranhas à vizinhança, ruas com menos iluminação, etc

ARTE MONICA SOBRAL/AT



Para maior da PM, fake news prejudicam a comunicação adequada em grupos de Vizinhança Solidária

"É preciso usar bem o aplicativo"

Se só na cidade de Santos há 30 grupos de Vizinhança Solidária, isso não quer dizer que o serviço já tem uma fórmula pronta. A própria Polícia Militar (PM) reconhece que ainda há muitas barreiras a serem vencidas na integração entre policiais e cidadãos.

É o que explica o major Gustavo Magnani, subcomandante da PM na Região. "A gente ainda está desenvolvendo alguns conceitos, principalmente no que diz respeito à utilização do aplicativo. Às vezes, chega a foto dizendo que roubaram o carro e a placa nem do Brasil é. Precisa usar bem o Whatsapp", argumenta o policial.

O fator "humano" é que traz as dificuldades. "A gente sabe

que é difícil o grupo. Tem corrente de oração, tem homem que coloca coisa de mulher, tem política. A gente precisa trabalhar com o tutor para ser realmente um filtro".

Além disso, a própria instituição deseja reforçar com o policial, para conseguir dar um retorno sobre as reclamações, reforçando essa vocação do programa para a atuação na frente de policiamento comunitário.

Em Santos, o Vizinhança Solidária pioneiro é na região do Marapé, onde há 22 grupos em atuação. "Existe o tutor da comunidade, o da Polícia Militar, e o meio usado hoje é o do WhatsApp. A gente levou todos para conhecer a central 190. Apresentamos os telefonistas, as cabines

de despacho. É importante trabalhar em cima dos tutores para obtermos boas informações", diz.

VAIE VOLTA

Além do fato de a própria comunidade fornecer os dados a respeito das ocorrências do bairro, o major explica que o programa pode agir também para propor soluções. "Começamos a ter problemas de roubos de pessoas que pegam fretado de madrugada. Soltamos um questionário dentro do grupo do Marapé para sabermos horários e locais mais críticos. Conseguimos desenvolver policiamento preventivo para atender esses grupos", argumenta.

FERNANDA LUZ - 23/10/2017

A Miramar tem a base mais sólida
que sua família precisa.

Segurança



Com mais de 40 anos no ramo da construção, a Miramar Construtora tem orgulho
de ter entregue mais de 30 mil unidades deixando seus clientes satisfeitos.

Tudo isso fruto de muita **confiança e solidez.**

Após morte, câmeras ajudam a vigiar bairro

Crime foi na Vila Fátima, em São Vicente

DA REDAÇÃO
No olhar, a dona de casa Maria Aparecida de Araújo Pereira carrega a tristeza de ter visto a cena mais triste de sua vida: o assassinato de um filho, durante a ação de uma quadrilha que praticava um assalto a uma residência na Vila Fátima, bairro carente de São Vicente.

O sofrimento de dona Cida gritou tão alto que fez dela líder comunitária, cuja bandeira principal virou a luta contra a violência. Ela integra o grupo de moradores do bairro que resolveu adotar o Vigilância Solidária — o projeto não funciona da mesma maneira que o Vizinhança Solidária, mas a lógica guarda algumas semelhanças.

Depois de uma série de mais de oito invasões a residências para assaltos, os cidadãos resolveram buscar uma solução que combatesse o problema de segurança. Foi aí que eles resolveram instalar uma central de monitoramento, com uso de câmeras. Hoje, eles começam a transformar a ideia deles no mesmo sistema do Vizinhança, com o apoio da Polícia Militar.

ADOR
Há um ano e dois meses, o filho de dona Maria Aparecida, Rogério, tinha chegado em casa e não fazia ideia que a casa dos vizinhos estava passando por um assalto. "Meu filho tinha ido levar a namorada dele no trabalho. Quando chegou, queria guardar o carro, mas não conseguia porque tinha um carro na porta da nossa garagem", lembra a líder comunitária.

Rogério começou a procurar quem era o dono do veículo, batendo na porta da vizinhança. "Na casa desses vizinhos, estava tudo escuro e ele achou que já estava todo mundo dormindo. Ele tocou a campainha da vizinha e já foi direto ligar o carro para entrar. Sairam dois assaltantes, um com os roubos na mão e o outro já saiu atirando na direção do meu filho, que estava no carro. Nunca ia passar na cabeça da gente que um dos bandidos estava vendo, pela cortina da casa dela, o movimento na minha casa. Aquilo foi

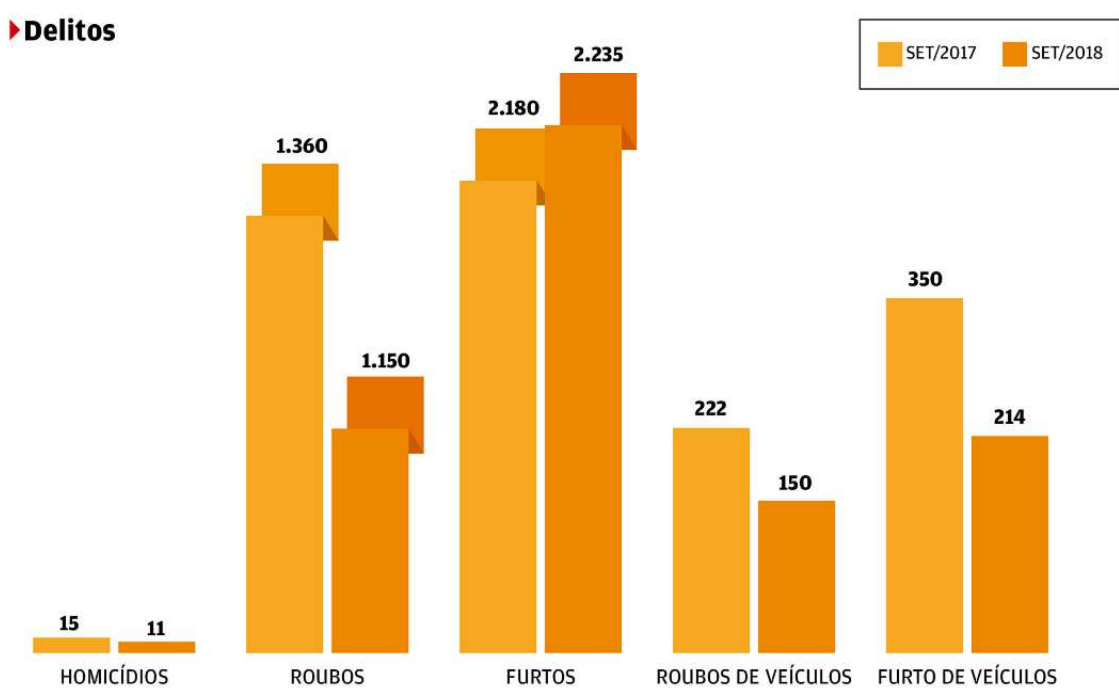
deixando ele muito nervoso". Esse foi o pior momento da vida da dona Maria Aparecida, que estava dentro de casa, tomando conta da neta, filha de Rogério. "Meu marido ficou desesperado, com medo que os bandidos viessem pra nossa casa. Só um tiro pegou meu filho, no braço esquerdo, mas atingiu a veia aorta. Ele teve uma hemorragia muito grande, foi socorrido mas faleceu".

GOTA D'ÁGUA
A partir desse caso, os moradores da Vila Fátima passaram a se organizar. A instalação das câmeras se deu por meio de uma empresa particular e os moradores pagam, por mês, R\$ 70 de manutenção. "Essa onda de assalto já era muito forte. Não tínhamos a ideia de instalar câmeras. A gente ouvia falar. Antes desse dia em que meu filho foi assassinado, já tinha tido cinco casos de casas invadidas. Faz um ano em novembro agora e sentimos uma redução de 80%", explica.

Para Solange Bolognani, outra líder comunitária da Vila Fátima, o assassinato do filho de dona Cida mexeu com a vida de todos. "Foi duro para todo mundo. A gente resolveu se juntar e ver o que podia fazer. Tinha sido a sexta invasão. A gente faz o que o cidadão faz, vai na delegacia, presta queixa e aguarda uma resposta que nunca vem. A gente foi atrás das câmeras, do Vizinhança Solidária. Como estava mudando o comando da Polícia na nossa região, as pessoas não sabiam como implantar. Então a gente acabou trazendo um projeto particular", descreve.

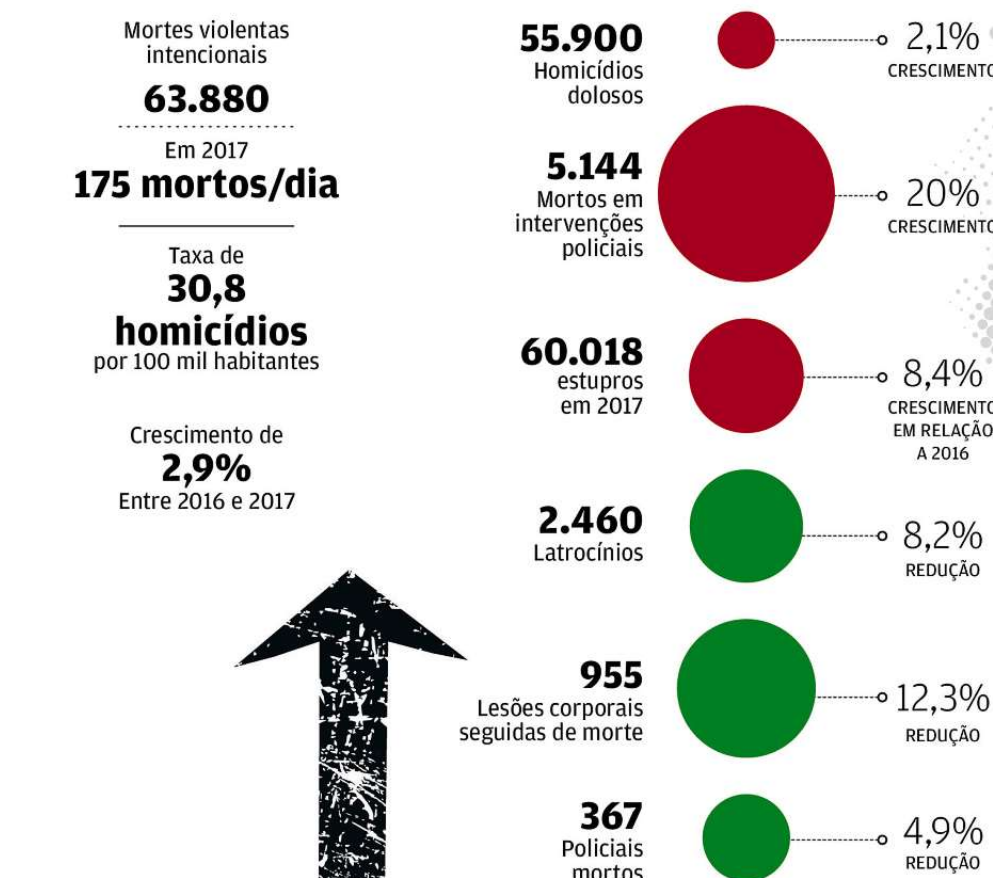
Os vizinhos se comunicam no grupo de WhatsApp, olham as imagens das câmeras 24 horas. "Fomos todos para o Conseg, a gente se reúne uma vez por mês. Isso fortaleceu a busca por uma solução. São sete câmeras em três quarteirões de rua. A gente só não tem mais porque nem todos os vizinhos aderiram ao projeto. Faz uns três meses que a gente não tem mais furtos. Com o projeto, a polícia ficou muito próxima da gente", diz.

Índices criminais da Baixada Santista



Fonte: Delinter-6

Segurança Pública no Brasil



Atrás das grades

729.463 pessoas encarceradas no Brasil
689.947 no Sistema Penitenciário
39.516 sob Custódia das Polícias
367.217 vagas
2 pessoas presas para cada vaga

Fontes: Polícia Civil e Fórum Brasileiro de Segurança Pública

Presídios Federais

832 VAGAS
437 PRESOS

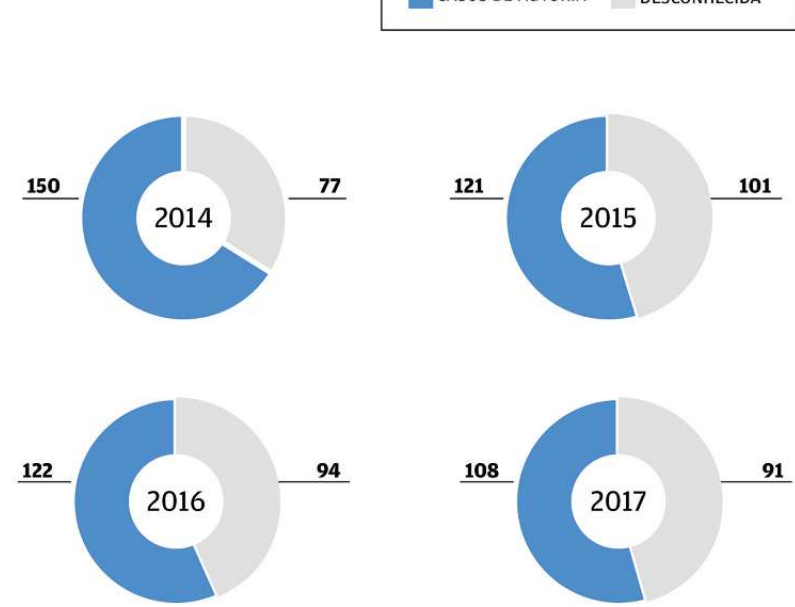
Controle de armas

119.484 armas de fogo apreendidas em 2017
94,9% das armas apreendidas no ano não foram cadastradas no sistema da Polícia Federal (SINARM)

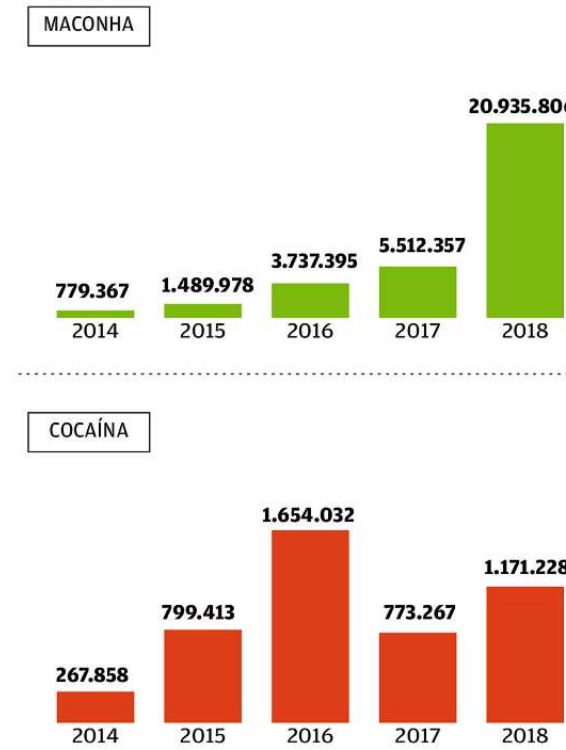
13.782 armas legais foram perdidas, extraviadas ou roubadas, o que equivale a **11,5%** das armas apreendidas pelas polícias no mesmo ano

A SEGURANÇA PÚBLICA E SEUS NÚMEROS

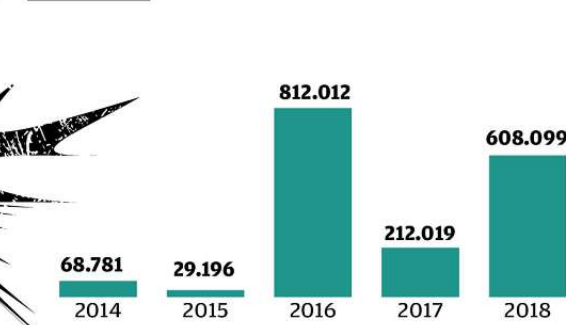
Homicídios



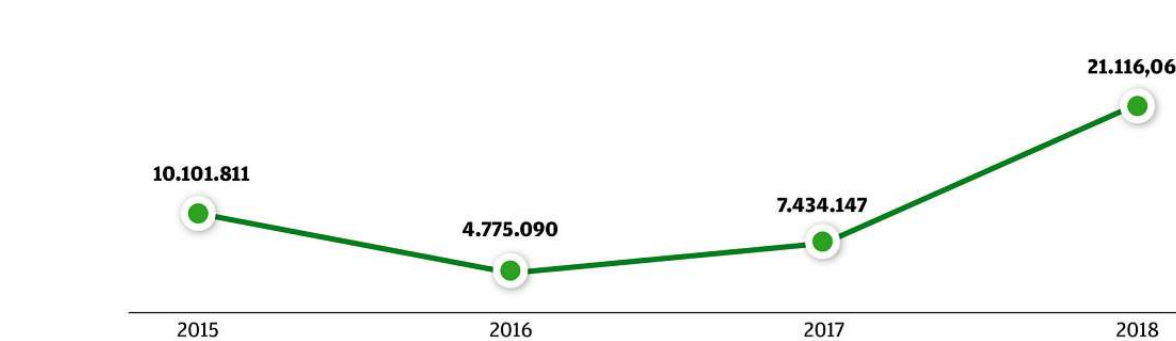
Drogas apreendidas



OUTROS



Entorpecentes incinerados



FINANCIAMENTO DA POLÍTICA DE SEGURANÇA

84,7 bilhões em 2017
Brasil gasta **R\$ 408,13** por cidadão com segurança pública

1,3% do PIB

União **R\$ 9,7 bi** crescimento de **6,9%**

Unidades da Federação **R\$ 69,8 bi** variação de **0,2%**

Municípios **R\$ 5,1 bi** redução de **2%**

ARTE MONICA SOBRAL/AT



COMPARTILHANDO EXPERIÊNCIAS



"Meu marido pegou um trauma grande por conta da resposta que ele teve na delegacia. Em agosto, aconteceu um assalto em Santos, três dos quatro que participaram do latrocínio do meu filho foram presos. Ele foi avisar que tinham reconhecido e a escritvã tomou nota, mas falou que, infelizmente, ficariam presos apenas um mês. Não tem resposta"

Maria Aparecida de Araújo Pereira
líder comunitária da Vila Fátima, em São Vicente



"A coisa ficou muito grande desde que criamos o Vizinhança Solidária no Boqueirão. Formamos um quadrado com 13 ruas. Acontece algo em alguma rua, todo o restante do quadrado fica sabendo praticamente na hora. A gente se reúne de 15 em 15 dias para melhorar o programa. Tem sido uma experiência muito importante para todos nós"

Paulo Duarte Pereira Alves
líder comunitário do Boqueirão, em Santos



"Melhorou muito. A gente não tem mais furto. As invasões? Faz quase um ano. De 2016 até 2017, tivemos várias. Isso já não tem mais. Também acabou a tentativa de furto de carro. Eram duas por semana. Fico pensando: o que eles vão fazer aqui? Roubar liquidificador velho, televisão usada. Ninguém tem joia e dinheiro. Ainda pega e tira a vida"

Solange Bolognani
líder comunitária da Vila Fátima, em São Vicente



"A melhor maneira de se inteirar sobre as informações é participar dos conselhos de segurança. É ir lá, levando soluções. É o momento de ter contato com a Polícia Civil, a Militar, saber como está o andamento. Muitas vezes, a gente quer a solução imediata. Mas tem que fazer a investigação correta e colher elementos para manter o cara preso"

coronel Álvaro Batista Camilo
deputado estadual

EMERGÊNCIA É 190

Os especialistas em segurança pública ouvidos pela Reportagem fazem questão de chamar a atenção para o fato de o programa de Vizinhança Solidária atuar de maneira a prevenir os casos de criminalidade. Quando o caso vira uma emergência, o correto a fazer é ligar para a central da Polícia Militar, o telefone 190. Segundo o deputado coronel Camilo, onde foi implantado, o programa trouxe a redução da criminalidade de mais de 80%. "Reduz a criminalidade e melhora a sensação de segurança. Primeiro, precisamos desenvolver a cidadania. Participação é fundamental, porque o poder público não é onipresente. Ele não consegue estar em todo lugar. Precisa da informação, que tem que chegar", argumenta. Para ele, é fundamental compreender que o espaço público é de todos e não é terra de ninguém. "A rua tem mais donos que a minha casa. Todos são donos da rua. A segurança não é só um problema da Polícia, é de todo mundo. O cidadão precisa participar ajudando a Polícia. A inteligência é que vence o crime. Com informação, a força policial chega antes de o criminoso agir". O subcomandante da Polícia Militar na região, o major Gustavo Magnani, acrescenta que nos casos emergenciais, são os agentes que estão preparados para atuar adequadamente com a situação. "A gente tem de estar nos horários e locais certos, locais críticos. Você tem o desafio estatístico e o pessoal do que as pessoas sentem sobre a presença da PM".

EDUCAÇÃO
MOBILIDADE
SAÚDE
HABITAÇÃO
RESÍDUOS DOMICILIARES
EMPREGO E EMPREENDEDORISMO

REVITALIZAÇÃO DOS ESPAÇOS URBANOS

Estamos todos conectados.

Enfrentar os desafios da nossa região em busca de soluções depende não só do empenho de cada um, mas, principalmente, da parceria e envolvimento de todos. A Terracom participa dessa ideia.

terracom
www.terracom.com.br

COMENTÁRIO

EDUARDO VELOZO FUCCIA
REPÓRTER

‘Engajamento é necessário’

Falamos aqui sobre o projeto das senhoras que representam a comunidade da Vila Fátima, que implantaram o projeto Vigilância Solidária. A iniciativa é excelente, um exemplo para outras comunidades, mas queria apenas alertar para alguns aspectos que podem não gerar o efeito desejado. Foi falado que houve uma melhoria de 80% a partir do momento da implantação. Em contrapartida, a população arca com uma taxa de R\$ 70,00 por mês. Sem falar do que é positivo ou negativo, chamo a atenção para a reflexão.

A população já é esfolada com uma carga tributária elevadíssima. Nesse custo está embutido todo o trabalho do Estado em relação à segurança.

Será que, ao pagar esse valor mensal, a população está realmente contribuindo? Temos o Vizinhança Solidária, projeto que virou lei graças à atuação do coronel Camilo. Não prevê esse tipo de pagamento, tão oneroso à população. Embora a iniciativa seja imbuída do melhor sentimento, no Rio de Janeiro foi assim que começaram esses monstros, que têm inúmeros tentáculos, as chamadas milícias. Toda a razão de ser desse trabalho da população, em conjunto com o Estado, tem como mote a prevenção. Nós nos esquecemos do ‘pós-venda’. O ladrão é preso, acaba reconhecido como autor do crime.

Muitas vezes, no grupo de WhatsApp, as pessoas olham e reconhecem. Mas quantas dessas pessoas se dispõem a ir na delegacia fazer o reconhecimento? Direito Penal exige prova, busca a verdade real. Não a do ‘ouvir dizer’.

A prevenção é importante mas só surte efeito se tiver o ‘pós-venda’, se as pessoas comparecerem diante do delegado, fizerem o reconhecimento e forem ouvidas formalmente. É preciso produzir a prova para a responsabilização do criminoso. Sem isso, ele é solto. Além disso, tem o fato de a família acabar ouvindo do servidor público que isso não vai dar em nada, que ele vai ser solto. Isso ocorre quando não é feito o ‘pós-venda’, para a responsabilização criminal.

A gente está falando de um crime patrimonial grave, que envolve a morte de alguém, um crime hediondo, cuja pena chega a 30 anos, o latrocínio. É necessário o engajamento da população, acima de tudo na hora de ir na delegacia e fazer aquilo que precisa ser feito.

Desafio das duas forças policiais é reduzir as estatísticas de crimes

Tanto a Polícia Civil quanto a Militar precisam atingir metas que são geradas a partir de ocorrências registradas

DA REDAÇÃO

Tanto a Polícia Civil quanto a Polícia Militar acreditam que o maior desafio da segurança pública na Baixada Santista é manter os índices criminais baixos, diminuindo os crimes, gerando um clima de segurança para os moradores.

Segundo o major Gustavo Magnani, subcomandante do Comando de Policiamento do Interior 6 (CPI-6), responsável pela atuação da PM nas cidades da Baixada Santista e Vale do Ribeira, a Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP) monitora os dados e pressiona os gestores para os resultados.

“São monitorados dados como homicídio, latrocínio, roubo de veículos. Existem metas que são estabelecidas pela secretaria e é importante bater essas metas, com números baixos. Quando isso acontece, quer dizer que a gente está entregando segurança à população”, afirma Magnani.

Segundo o subcomandante da PM na região, a meta é gerada a partir das estatísticas de boletins de ocorrência. “Ele tem muitas funções. Desde 2007, temos o Infocrim, uma das mais importantes ferramentas da segurança. Sempre que uma ocorrência é gerada, isso fica salvo no sistema, à disposição das polícias”, diz.

É com esse georreferenciamento, com a informação de onde o crime acontece, que a secretaria estipula como os dados precisam ser. “O boletim avisa a Polícia que acontece um problema ali. Começa a fazer pressão em cima de mim. Se eu não quisesse trabalhar, diria não faz o BO, que não dá nada. Ele diz que existe roubo aqui, ali e isso faz com que eu aja”.

Além disso, o policial militar cita o pagamento da bonificação por resultado, que já é uma política pública. “Se atingir as metas da SSP, recebo em dinheiro. O BO faz a meta”.

Para o delegado Manoel Gat-



Na segunda-feira, especialistas em segurança pública e policiais discutiram o assunto no fórum A Região em Pauta, promovido por A Tribuna

to Neto, diretor do Departamento de Polícia Judiciária de São Paulo Interior 6 (Deinter-6), o combate efetivo à violência só acontece com o andamento de inquéritos policiais, a investigação e a apuração dos crimes. “Isso é muito mais importante do que manter delegacia aberta para registrar ocor-

rência. Hoje, temos outras ferramentas, como o boletim eletrônico”.

QUESTÃO DE PRESENÇA

Outro desafio citado por Magnani é estar na maior número de lugares possível ao mesmo tempo. “Você tem que ter a percepção da segurança, ver a

Polícia. A gente tem de estar nos horários e locais certos, locais críticos, com grande fluxo da cidade, na entrada da cidade nos feriados, na orla no meio do feriado, onde ocorrem mais crimes. Você tem o desafio estatístico e o pessoal também, sobre o que as pessoas sentem sobre a presença

da PM”, pondera.

Como a Polícia não tem condições de ter uma base comunitária a cada esquina, o maior defende iniciativas de proximidade, como Vizinhança Solidária. “Quem sabe no futuro possamos ter um app. Você vai aprimorando com o tempo”.

NÚMEROS DA REGIÃO

26,6%

é a redução dos casos de homicídio

Segundo o delegado Manoel Gatto Neto, os números de criminalidade apresentados recentemente são historicamente os mais baixos; ele argumenta que é preciso melhorar a sensação de segurança na região.

65%

é a taxa de esclarecimento de homicídios de 2018

O delegado argumenta que os índices de esclarecimento na Inglaterra são de 60% e que na região, no ano passado, 84% dos homicídios cometidos foram esclarecidos pela Polícia Civil.

21 ton

foi a quantidade de drogas apreendidas

pela Polícia Civil nas cidades da Baixada Santista neste ano. Quantidade de entorpecentes tirada do mercado em 2018 é três vezes maior do que a que foi recolhida pela Segurança Pública em 2017.

Polícia Civil cita menos casos

■ Apesar da sensação de insegurança imperar entre a população, a Polícia Civil apresenta um cenário que é bastante positivo: redução de 26,6% no número de homicídios, 39% de queda na quantidade de furtos de veículos; 32% menos roubos de veículos e 15% nos outros roubos.

As quedas levam em consideração números absolutos de janeiro a setembro deste ano comparados com o mesmo período do ano passado. O delegado Manoel Gatto Neto, diretor do Departamento de Polícia Judiciária de São Paulo Interior 6 (Deinter-6), afirma que esses índices são “historicamente” muito abaixo da média registrada.

Segundo Gatto, a Delegacia Seccional de Santos em 2016 e 2017 teve a segunda maior produtividade do Estado, ficando atrás, apenas, da

Seccional de Sorocaba.

Ele se ampara em estatísticas como o esclarecimento de homicídios praticados nos últimos cinco anos. Em 2014, dos 150 homicídios, 77 foram desvendados — 51%. Em 2015, 83% dos 121 cometidos foram desvendados; em 2016, 77%. Em 2017, 84%. “A grande maioria dos casos graves é esclarecida, sim”, diz.

Essa melhoria é relacionada com a mudança nas atribuições da Delegacia Antissequestro (DAS). “Faz mais de dois anos que não temos sequestro na região. Colocamos uma equipe da DAS para atender o local do homicídio, para ser preservado para a perícia. A equipe vai lá e toma conta de toda a investigação”.

MENOS DROGA

O delegado do Deinter-6 também frisa o recorde de apre-

ensão de entorpecentes. Neste ano, foram apreendidas 21,1 toneladas de drogas, contra 7,4 toneladas em 2017 e 4,7 toneladas em 2016. “Quando a gente vê o total que foi apreendido, a pessoa pode pensar: ‘pô, doutor, está feio, mas não vê pela nossa produtividade’, compara o diretor do Deinter-6.

RETORNO

Gatto afirma que, apesar das críticas da falta de ‘pós-venda’, o Deinter-6 implantou o programa Polícia Civil em QAP, para medir a satisfação do público com as delegacias. “Nós ligamos para as pessoas que registram ocorrência, principalmente nos casos de roubo, para saber como é que foi o atendimento dentro da delegacia. Nós temos mais de 70% de retorno. A reclamação principal era demora. A gente baixou isso para 10%.”

REFORÇO

Segundo o coronel Álvaro Batista Camilo, deputado estadual que vem sendo cotado para assumir a Secretaria de Segurança Pública (SSP) no futuro governo de João Dória, o programa Detecta pode reforçar a vigilância nas cidades.

“O monitoramento com câmeras de melhor qualidade, que lêem placas de carros, é uma realidade.

É possível fazer um convênio, inclusive quando envolver câmeras particulares. Só a Polícia terá a informação se o carro é roubado ou não”, explica. Segundo ele, a tecnologia acusa a presença de carros roubados e envia as viaturas do entorno. “Precisa ser uma associação com CNPJ. É feito um convênio entre a Prefeitura e a SSP”, diz. Nesses casos, a comunidade, como os donos dos edifícios do entorno, acaba se responsabilizando por comprar as câmeras com tecnologia OCR. “Tem um padrão de câmera. A que lê placas é um pouquinho mais custosa. Se tiver algo naquela rua, a Polícia pode ver e ajudar a evitar a criminalidade”, diz o coronel.

Cidades devem ajudar a manter a segurança

■ Para a pesquisadora Fabiola Adami, coordenadora do curso de Segurança Pública da Universidade Santa Cecília (Unisantia), os municípios também têm atribuições na manutenção da segurança.

“Sempre fui uma grande admiradora das forças de manutenção da ordem do País. O papel do meio ambiente urbano é importantíssimo para a segurança pública. Onde o município não dirige as ações, torna-se foco de violência, de usuário de drogas, de furtos e tantas outras coisas que envolvem a violência, como estupros, sequestros e outros crimes”, diz.

NA COMUNIDADE

Para a pesquisadora, nesse contexto, as guardas municipais estão muito mais próximas do cidadão. “No dia a dia, a PM

(Polícia Militar) tem um papel de extrema importância no enfrentamento, a Civil na investigação. A partir desse ano, o próprio STF (Supremo Tribunal Federal) já entendeu que as guardas fazem papel de polícia”, explica.

Para a professora da Unisantia, as guardas municipais, agora, precisam de investimento para formação de pessoal. “A PM e a Civil têm suas próprias academias. Ingressantes passam por formação. Nem todas as guardas têm. No caso de Praia Grande, a gente sabe que houve um apoio muito grande. As outras cidades precisam do mesmo incentivo”. Para ela, é necessário deixar claro que “as polícias estão cumprindo a parte delas. Tem que trazer à tona as mudanças na lei”.

Entre a impunidade e a falta de ação efetiva, todos viram vítimas

Especialistas pedem alterações nas leis que sejam capazes de desencorajar os criminosos a continuar no crime

DA REDAÇÃO

Quase sempre, a sensação é ruim: inoperância total. De um lado, vítimas, que perdem seus bens, perdem parentes assassinados. Do outro, a sensação de que a justiça não é feita, quando criminosos não são presos e a impunidade impera.

Especialistas ouvidos por A Tribuna discutem a necessidade de existirem leis mais efetivas contra a impunidade. Para a professora universitária Fabioli Adami, coordenadora do curso de Segurança Pública da Universidade Santa Cecília (Unisantia), é preciso mudar a Lei de Execuções Penais.

“A nossa lei é de 1950, é muito antiga. O enquadramento, os tipos de pena, devem ser melhor estudados. Nesse novo governo este é um assunto que deve vir à tona. Não dá para jogar todo tipo de crime contra a pessoa no mesmo pacote”, argumenta a professora.

Para o subcomandante da Polícia Militar na Baixada Santista, o major Gustavo Magnani, a reincidência dos criminosos é o problema. “Muitos desses criminosos são habituais. Não é a primeira vez que ele está sendo preso”

Apesar disso, ele acredita que esse fato é importante para ajudar a tirar o infrator de circulação. “Se ele é preso só uma vez, é uma coisa. Se ele for preso por vários delitos, o período que ele vai ficar segregado da sociedade será muito maior. Isso é importante”, argumenta.

SEM RESPOSTA

A dona de casa e líder comunitária Maria Aparecida de Araújo Pereira, de São Vicente, não sabe dizer, até hoje, se os criminosos responsáveis pelo assassinato do filho dela, há um ano e dois meses, estão presos e serão julgados pelo crime.

“O esclarecimento não veio. Meu marido pegou um trauma grande por conta da resposta que ele teve na delegacia civil. Quando aconteceu um assalto em Santos, em agosto, e três dos quatro bandidos foram presos, ele voltou à delegacia para informar o reconhecimento. A escritã tomou nota, mas falou ao meu marido que entraria em contato com a delegacia em Santos e que, infelizmente, eles ficariam presos apenas um mês. De lá para cá, ele decidiu não voltar mais. Assim, estamos sem saber se foram presos, se vão ser julgados”.

Desde o assassinato de Rogério, dona Cida passou a frequentar reuniões do Conseg, em São Vicente, e também cobra mudanças na lei. “Tenho até pena dos policiais. Essa história de crime de menor potencial. Os PMs fazem a ronda, prendem esses bandidos. Leva dois dias e a gente vê o mesmo cara, no mesmo lugar, fazendo o mesmo crime. Quem é que vai nos ajudar?”.

‘PÓS-VENDA’

Para o diretor da Polícia Civil



Para dona Maria Aparecida de Araújo Pereira (à esquerda), famílias de vítimas quase nunca sabem o desfecho, se criminosos são condenados

na Baixada Santista, o delegado Manoel Gatto Neto, nem sempre é verdade o fato de os crimes ficarem sem resposta à população. “A produtividade da Delegacia Seccional de Santos é a segunda maior do Estado”.

O major Magnani diz que, apesar de a família da dona Cida ter ficado com a sensação de impunidade, não é o caso deles. “Os prováveis autores foram reconhecidos no roubo de uma residência. Três foram presos pela Polícia Militar. Esses rapazes eram quatro. Uma hora antes, eles foram abordados por um sargento que estava a serviço no BNH. Os três foram presos. A gente pegou essa informação e passou para o delegado seccional, ajudando a responsabilizar os acusados”, diz o subcomandante.

SOCIALIZAÇÃO

A professora Fabioli Adami defende também a revisão da política penitenciária no País. “Esse formato não funciona, temos um depósito de presos que só estão pensando em novos crimes. A gente precisa pensar na ressocialização, mas a partir da construção de um sistema penitenciário, com novas políticas, com propostas para reintegração daquilo que é possível”.

Na prática, o sistema deveria garantir trabalho para os detentos. “Acredito em privatização de presídios. Tem que investir para melhorar esse sistema.”



Coronel Álvaro Batista Camilo defende maior integração das forças policiais com municípios contra o crime

Armar ou desarmar? A dúvida...

Tem ganhado força, sobretudo após a eleição do futuro presidente Jair Bolsonaro (PSL), a defesa em torno da flexibilização do Estatuto do Desarmamento. O argumento central é que o cidadão de bem tem direito a ter a posse de arma — o direito de ter um armamento em casa.

A Tribuna questionou dois participantes do fórum A Região em Pauta sobre o tema e, por enquanto, não há um consenso. Para a professora Fabioli Adami, coordenadora do curso de Segurança Pública da Universidade Santa Cecília (Unisantia), nos últimos 10 anos houve mais de meio milhão de homicídios violentos, apesar da vigência do Estatuto do Desarmamento.

“Eu não acho que qualquer pessoa deve portar arma, apenas aqueles com autorização. Agora, a posse, entendo que tem que haver uma solução. Ficamos indefesos em casa. A posse deveria ser liberada, preenchendo alguns requisitos”, defende a professora.

Para o subcomandante da Polícia Militar na Baixada Santista, o major Gustavo Magnani, já há uma burocracia adequada para esse tema, “A legislação atual não é impeditiva. A posse da arma não é algo de outro mundo. Já o porte é algo muito difícil e hoje só é concedido pela Polícia Federal”, opina.

Para ele, ainda não está muito claro o que deve ser alterado no Estatuto do Desarmamento. “A minha maior preocupação é quando essas armas vão parar no mercado ilegal. O assunto é muito amplo. O que mais me preocupa é a arma sendo extraviada por vários motivos e caindo na mão dos infratores. A maior parte dos armamentos é extraviada, contrabandeadas”, argumenta o policial.

Na interpretação do militar, o medo maior dele é a aquisição desse armamento legal servir de fluxo para a criminalidade. “Seria como aumentar mais a maneira dessas armas chegarem aos infratores. Por isso ainda tenho preocupação”, afirma.

TESTE

Recentemente, a região metropolitana da Baixada Santista viu a reabertura de duas delegacias aos fins de semana e madrugada acontecer por clamor popular. Trata-se do 5º Distrito Policial, na Zona Noroeste, e o 3º Distrito Policial, em São Vicente. A solução encontrada, admite o delegado Manoel Gatto Neto, chefe da Polícia Civil na região, não é definitiva. “Ainda não fechamos essas contabilidades. No primeiro fim de semana do 5º, foram registrados cinco boletins de ocorrência. Tivemos uma equipe de 14 investigadores, sete escritórios”, explica. Segundo ele, a Polícia Civil ainda vai testar mais um mês, mas a tendência é reforçar o trabalho com mais equipes em investigação.

COMPARTILHANDO EXPERIÊNCIAS



“A gente precisa pensar na ressocialização dos presos, mas a partir da construção de um sistema penitenciário, com novas políticas, com propostas para reintegração daquilo que é possível. Na prática, isso funcionaria com trabalho para eles, atividade efetiva. Acredito em privatização de presídios. Tem que investir para melhorar esse sistema. O Estado está quebrado”

Fabioli Adami
especialista em Segurança Pública



“A gente tem de estar nos horários e locais certos, locais críticos, com grande fluxo da cidade, na orla no meio do feriado, onde ocorrem mais crimes. Você tem o desafio estatístico e o pessoal do que as pessoas sentem sobre a presença da PM. Fala-se das subnotificações, crimes ocorridos mas não notificados. O Vizinhança Solidária ajuda a chegar informação dos casos”

major Gustavo Magnani
subcomandante da PM na região



“A Polícia Civil tem a função de polícia judiciária, registra o fato, faz inquérito e termo circunstanciado. Investiga, apura o fato, o que realmente aconteceu. A Polícia Civil não é acusadora, não é parte, ela busca a verdade dos fatos. O combate efetivo à violência só acontece com o andamento dos inquéritos, a investigação e apuração”

Manoel Gatto Neto
delegado-chefe da Baixada Santista

Planejamento urbano como instrumento para cidades mais seguras e felizes.

RINO.COM



Quando planejamos um bairro ou uma cidade, pensamos nas pessoas que vão morar ali. Pensamos no seu tempo, na sua mobilidade, no seu espaço de lazer, no seu bem-estar. Pensamos nas suas oportunidades de trabalho e entretenimento, na sua segurança, no seu conforto em um espaço urbano saudável e visualmente agradável. Pensamos na valorização de seu patrimônio. Com 60 anos de atividade, nós nos especializamos em criar espaços urbanos planejados e sustentáveis, que geram dividendos econômicos, sociais e ambientais e onde as pessoas têm orgulho de viver.